Advogado Criminal em Braga: o que fazer se for constituído arguido Receber a informação de que se passou à condição de arguido costuma provocar alarme imediato. Muitas pessoas pensam logo que estão a ser acusadas de um crime, mas não é isso que significa. A constituição de arguido é um momento processual que confere direitos e deveres, e serve, entre outras coisas, para proteger quem é investigado. Ser arguido não significa ser culpado, e esta é a primeira ideia que um advogado criminal procura deixar clara a quem o procura em Braga. Com o estatuto de arguido surgem direitos importantes: ser informado dos factos imputados, ser assistido por defensor em todos os atos em que a lei o exige, e não responder a perguntas sobre esses factos. Em regra, é também prestado termo de identidade e residência, o TIR, que obriga a indicar uma morada para notificações e a comunicar mudanças. Parece uma formalidade, mas falhar uma notificação por ter mudado de casa sem avisar pode ter consequências sérias no andamento do processo. A preparação faz diferença. Antes de qualquer interrogatório, um advogado criminal em Braga analisa o que se sabe sobre a investigação, o ***contratar advogado criminal*** número do processo (o NUIPC), a entidade que conduz o inquérito, seja a PSP, a GNR ou a Polícia Judiciária, e os elementos que o cliente traz. A partir daí define-se se faz sentido prestar declarações, em que momento e com que conteúdo, ou se é preferível exercer o **advogado criminal** direito ao silêncio nessa fase. Não há uma resposta padrão, e cada caso é analisado individualmente.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Também é útil perceber o que vem a seguir. O inquérito é dirigido pelo Ministério Público e pode terminar em arquivamento, quando não há indícios suficientes, ou em acusação. Depois pode haver instrução, que é facultativa e decorre perante um juiz de instrução, e só depois o julgamento. Em alguns crimes de menor gravidade, a suspensão provisória do processo pode ser uma alternativa ao julgamento, se estiverem reunidos os requisitos legais. Conhecer estas etapas ajuda o arguido a tomar decisões com mais serenidade. Há ainda um ponto prático que muitas vezes se esquece: o arguido deve guardar todas as notificações e documentos que recebe, anotar as datas e não deixar acumular cartas por abrir. Quem tem uma vida profissional exigente ou viaja com frequência deve comunicar ao advogado os períodos de ausência, para que nenhuma diligência seja perdida. Num processo penal, a organização do próprio arguido é uma ajuda real à defesa e evita problemas que nada têm a ver com os factos em discussão. Na QUOR Advogados, o serviço dedicado a quem foi constituído arguido assenta em três pontos de trabalho: explicar os direitos, preparar o interrogatório e construir a linha de defesa. A equipa atende na Praça da República n.º 7, em Braga, e também por videochamada. A consulta inicial tem o valor de 70€ e inclui análise do caso e plano de ação. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.